

Segunda fase estuda autonomia financeira

A criação de novas unidades federativas, a autonomia política do Distrito Federal e Territórios, além da emancipação dos municípios são os temas que continuam motivando a apresentação de propostas à Comissão de Organização do Estado. Mesmo assim, nenhuma alteração mais radical deverá ser acolhida, já que existe consenso entre os componentes em aprovar integralmente os três anteprojetos das subcomissões, fazendo apenas algumas alterações técnicas.

A tranquilidade e o consenso têm sido característicos desde o início dos trabalhos nas subcomissões. Na primeira fase dos trabalhos houve apresentação de muitas propostas contrárias ao anteprojeto inicial, mas isso não alterou nem impediu a aprovação do relatório do deputado Sigmaringa Seixas. (PMDB-DF) Aloysio Chaves (PFL-PA) e Siqueira Campos (PDC-GO).

Agora, na segunda fase de apresentação de emendas, as principais dizem respeito à necessidade de autonomia financeira das regiões onde se pretende criar novos estados. Quanto à autonomia política do DF, não foi apresentada qualquer proposta contra a realização de eleições para gover-

nador, a única contrária e de autoria do deputado Rubem Figueiró (PMDB-MT). Ele no entanto, quer somente que o cargo do primeiro mandatário do DF, seja o de prefeito.

Estados

Na primeira fase dos trabalhos, todas as atenções estavam voltadas para o relatório do deputado Siqueira Campos (PDC-GO), que tratou da redivisão do mapa do Brasil. Nele seis novos estados foram criados: Jurua (AM) Tapajós (PA), Maranhão do Sul (MA), Tocantins (GO), Santa Cruz (BA), Triângulo MG). Além disso, os territórios do Amapá e Roraima foram elevados a estados.

Agora a discussão tomará outro sentido. Os componentes da Comissão reconhecem a necessidade de redivisão territorial. Não sabem no entanto, se este é o momento adequado, principalmente porque a instalação das novas unidades exige um grande investimento financeiro. Assim, está tomando força a ideia de que só devem ser criados os Estados que possuírem infra-estrutura para promover a instalação. Nesse caso, saem privilegiados os projetos do Tocantins, Jurua e Maranhão do Sul, apesar das pressões políticas contrárias.